

AS DEFINIÇÕES DE PSICOLOGIA NA CULTURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Marina Massimi*
Universidade de São Paulo - RP

RESUMO - A pesquisa analisa o desenvolvimento das definições de Psicologia no seio de diferentes áreas de estudo na cultura brasileira do século XIX (Filosofia, Medicina, Pedagogia, Teologia Moral). A pesquisa é baseada na leitura de documentos históricos (por exemplo, currículos e manuais utilizados em importantes escolas brasileiras do século XIX). Nos documentos aparece uma grande quantidade de palavras e expressões para denominar o universo dos conhecimentos psicológicos. Essa diversidade revela a dispersão dos conhecimentos psicológicos em diferentes áreas do saber da época. Ao mesmo tempo, aparece nos documentos a necessidade de desenvolver novos recursos conceituais e lingüísticos para definir o domínio dos estudos psicológicos, fato esse que representa um sinal claro da tentativa de tornar este domínio uma disciplina autônoma.

THE DEFINITIONS OF PSYCHOLOGY IN THE BRAZILIAN CULTURE OF 19TH CENTURY

ABSTRACT - The research investigates the development of Psychology's definitions in different areas of study at the Brazilian culture of 19th century (Philosophy, Medicine, Pedagogy, Moral Theology). The study is based on the reading of historical documents (for example, *curricula* and handbooks of the most important Brazilian schools of the 19th century). In these documents is found a great amount of words and expressions meaning to designate the universe of psychological knowledge. These diversity reveals broader use of psychological knowledge in different areas of the culture of that time. The present work also reveals that in the search for autonomy of definitions in the area of Psychology, the researchers of that time started using new conceptual and linguistic resources.

As diversas modalidades de expressar um conceito ou uma teoria podem ter uma grande influência na consolidação de uma área de conhecimento, determinando,

* Endereço: Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Campus da USP, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto, SP, 14100.

às vezes, a direção e as perspectivas de sua evolução. Portanto, a criação de novas formas de definir e expressar conceitos já conhecidos representa uma contribuição ao progresso do saber tão importante quanto a aquisição de métodos, teorias ou fatos originais, ou a descoberta de novas leis (Vailati, 1898).

O surgimento da Psicologia como disciplina objeto de elaboração e de transmissão nas instituições educacionais e culturais no Brasil do século XIX, implica também em um especificar-se da terminologia relativa a esta área do saber. A situação dos conhecimentos psicológicos, no seio da cultura brasileira do período, se caracteriza, por um lado, pela dispersão em uma pluralidade de domínios conceituais (Filosofia, Medicina, Pedagogia, Teologia) sendo cada um desses domínios interessado, por diversos motivos, no estudo da subjetividade ou do comportamento. Por outro lado, assiste-se a uma evolução desse universo de discurso no sentido da aquisição de uma identidade peculiar. Tal tendência se evidencia, por exemplo, nas tentativas de justificar do ponto de vista teórico a dignidade científica e a utilidade social dos estudos psicológicos. A história da terminologia utilizada na época para definir tal disciplina contribui para esclarecer as características e a configuração do processo acima indicado.

Variedades de conhecimentos psicológicos no Brasil do século XIX

Já em época anterior ao advento do Positivismo, verifica-se no seio da cultura brasileira do século XIX, uma ênfase no estudo da subjetividade humana. Tal fenômeno é comprovado pela presença de conteúdos psicológicos nos currículos da formação de várias instituições educacionais de nível secundário e superior, tais como as Faculdades de Direito, as Escolas Normais, os Seminários Episcopais e os cursos de formação de religiosos (Benedictinos, Franciscanos, etc.), as Faculdades de Medicina, o Colégio Imperial D. Pedro II do Rio de Janeiro.

De um lado, o estudo da subjetividade é encarado pela Filosofia (em particular, pelo espiritualismo eclético, corrente dominante na época) como o fundamento de todo o conhecimento, pois ocupa-se do sujeito, que é condição de qualquer tipo de saber. De outro lado, a subjetividade é visada como objeto prioritário de controle e modificação pela Medicina Psiquiátrica e a Higiene Social, sendo o objetivo dessas o de determinar e estabelecer as normas para garantir a saúde do indivíduo e da sociedade, favorecendo a adaptação do homem ao ambiente.

A Pedagogia, por sua vez, frente à pressão das urgências e das carências do sistema escolar brasileiro, preocupa-se em aumentar a própria eficácia buscando fundamentação científica para sua metodologia. Encontra, então, nos primeiros resultados da Psicologia Experimental em embrião, a base científica desejada para consolidar seus conhecimentos e sua prática.

A Teologia Moral, enfim, que até o século XVIII deteve o primado quanto à indagação da subjetividade humana e dos seus segredos, começa a ser destituída de tal função pela Psiquiatria nascente; ao mesmo tempo, vê-se na necessidade de reafirmar a especificidade do domínio teológico, diferenciando-o do psicológico, para defender-se das tendências ao psicologismo que a ameaçam internamente.

Nesse contexto complexo, surge também uma grande variedade de termos, utilizados pelas diversas disciplinas para indicar a colocação sob forma discursiva de assuntos psicológicos. Tal pluralidade de denominações implica, como ver-se-á em seguida, na coexistência de diferentes definições acerca da natureza do *psicológico*.

As definições da Psicologia no âmbito da Filosofia¹

Já desde o século XVIII conteúdos psicológicos eram transmitidos no âmbito dos cursos de formação filosófica dos colégios jesuítas, beneditinos e franciscanos sob o nome de *Pneumatologia*. Esta era entendida como "o estudo sobre a Natureza Espiritual, que ensina o homem a conhecer a si mesmo, mostra a imortalidade e a espiritualidade da Alma" (*Estatutos para os Estudos da Província N. S. da Conceição do Rio de Janeiro*, 1776). A palavra *Pneumatologia* é de origem muito antiga, fruto de uma longa tradição filosófica e teológica. O sentido etimológico do termo, forma composta de duas palavras gregas, é *tratado* ou *discurso* sobre o *pneuma* (grego), ou *spíritus* (latim). Na língua grega, *pneuma* assume uma pluralidade de significados (sopro, ar, espírito). No século XVIII, *Pneumatologia*, de uma lado, designa a parte da Teologia que trata dos Espíritos ou substâncias espirituais (Espírito Santo, anjos, demônios, alma) e, de outro lado, indica a ciência das propriedades do ar, parte da Física Mecânica que mais tarde será chamada de *Pneumática* (Diderot e D'Alembert, 1779).

Nos tratados de Metafísica (1943; tradução portuguesa de 1835) e de Lógica (1773; tradução portuguesa de 1850) do empirista italiano Antonio Genovesi, ou Genuense, adotados como manuais para os estudos filosóficos em diversas escolas brasileiras do século XIX - tais como a Escola Normal (em 1852) de São Paulo, o Curso Propedêutico à Faculdade de Direito de São Paulo (a partir de 1827); o Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro (a partir de 1838) - comparecem as expressões *Psychologia* e *Psychesofia* para designar, conforme afirma o próprio autor, a *Pneumatologia da Alma Humana* (1835).

Silvestre Pinheiro Ferreira, adepto do empirismo aristotélico e autor das *Preleções Filosóficas*, síntese das aulas ministradas no Colégio São Joaquim, no Rio de Janeiro, de 1813 até 1816, visando adequar a Filosofia aos resultados e ao método das Ciências Naturais, define a Psicologia como o conjunto de ciências filosóficas "que têm por objeto as faculdades do Espírito." (ed. 1970, p. 36). Um aspecto da visão de Silvestre Pinheiro Ferreira particularmente original, se considerado no contexto do saber da época, é a tentativa de extensão do domínio da *Psychologia* ao Reino Animal. Devido ao valor histórico da tal contribuição, parece oportuno citar por extenso

1. No presente texto chamar-se-ão genericamente de "Psicologia" conhecimentos na área psicológica pertencendo a diversas repartições do saber. Embora tal denominação não seja rigorosamente correta do ponto de vista histórico e epistemológico, será aqui usada convencionalmente para indicar, de maneira sintética, o objeto da pesquisa. Por conhecimentos na área psicológica entende-se todo e qualquer conhecimento acerca do ser humano e animal, de sua natureza, de sua interioridade e de seu comportamento, produzido no âmbito de diferentes formas de cultura e de variadas áreas do saber.

as palavras do próprio autor: "... Suposto a alçada das ciências denominadas Morais compreenda todos os fenômenos da Inteligência; de fato, pode-se dizer que, até o presente, se acha unicamente limitada à Psychologia do Homem. Mas é certo, e convém fazer-se notar, que cada uma das inumeráveis Famílias do Reino Animal oferece à Ciência uma nova ordem da Inteligência. E sem dúvida enriqueceria a Psychologia com a descoberta de novos entes, o filósofo que descrevesse com mais exatidão e miudeza, do que até agora se tem feito, algumas das imensas variedades de entes sensíveis, que o atento observador contempla extasiado nas diferentes classes de animais, que povoam o Universo, desde o Homem até ao Pólipo." (ed. 1970, p. 138).

No compêndio de Direito Natural (1829) de José Maria de Avellar Brotero, professor da Faculdade de Direito em São Paulo desde 1827 até 1870, fala-se em *Ciência do Homem*, entendendo-se com tal expressão o estudo das faculdades intelectuais, afetivas e morais do homem, baseado na *Física da Natureza Humana* (p. 115). Estes termos explicitam a postura doutrinária do autor do texto, pois Brotero introduziu no Brasil o assim chamado *sensualismo de esquerda*, inspirado na obra dos iluministas franceses Cabanis, Helvetius, Holbach, Condillac e Destutt de Tracy. A presença de tal orientação, oposta ao *empirismo moderado* de Genovesi, é evidente sobretudo nas extensas notas do livro, onde Brotero faz referência aos autores prediletos, enquanto no texto aparenta seguir as doutrinas tradicionais. Nas notas transparece o entusiasmo do autor pelas Ciências Naturais e, sobretudo, pela Ciência do Homem, anunciando, conforme comenta M. Reale (1976), uma orientação que tornar-se-ia predominante entre os pensadores brasileiros da segunda metade do século XIX, na fase do Positivismo e do Evolucionismo.

A expressão *Psychologia* comparece no título das **Theses Philosophicas** redigidas e defendidas em 1830 por alguns alunos do Imperial Seminário São Joaquim, do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor e monge beneditino frei Policarpo de Santa Geltrudes. As **Theses Philosophicas sobre a Psychologia do Homem** são inspiradas na filosofia sensualista: nelas utiliza-se o termo *Psychologista* para designar o conhecedor dos *phenomenos da intelligência* (1830, p. 1), em contraposição ao *Phisiologista*, especialista no estudo dos fenômenos físicos do corpo humano.

O político e filósofo de orientação kantiana, Diogo Antonio Feijó, nos **Cadernos Filosóficos**, resumo das aulas ministradas no Colégio do Patrocínio em Itú em 1818-1819, não usa a palavra Psicologia, mas define como *Antropologia Racional* o "estudo profundo de nós mesmos", ou "filosofia considerada subjetivamente" (ed. 1967, p. 50).

Entre os manuais de Filosofia utilizados para o curso de formação sacerdotal nos seminários brasileiros no século XIX, prevalecem os de inspiração tomista. Nesses, a *Psychologia* é definida como a "ciência da alma humana" (Centelhas, 1864, p. 19) e, juntamente com a Lógica, é considerada propedêutica ao estudo da Metafísica. Ela é dividida em duas partes: Psicologia Empírica (ou Experimental) ou Teoria Geral das Faculdades² da Alma, e a Psicologia Racional, ou seja, o estudo da alma no que

2. O conceito de *faculdades* - termo muito difundido no âmbito da Psicologia Filosófica, adquire, no contexto da Filosofia brasileira do século XIX, diferentes conotações. Definidas como propriedades

se refere à sua natureza, origem, destino e propriedades. As abordagens metodológicas também são diferentes: a Psicologia Racional utiliza o método lógico-dedutivo, enquanto que a Psicologia Experimental se baseia na *observação interna*. Nessa abordagem, a Psicologia Científica recém-nascida é colocada em continuidade à tradição mais antiga da Psicologia Filosófica, como fica evidente nas palavras de Firmino de Centelhas, professor no Seminário da Luz em São Paulo desde 1856 e autor do **Compendio de Philosophia Catholico Racional** (1864): "A psychologia, esta primeira parte da philosophia que dá-se como uma criação recente, nascida do methodo da observação, existe de há muito tempo e os antigos a conhecerão ao menos no que tem de mais importante." (1864, p. 19). Assim, o domínio da *Psychologia* moderna, definido por Glacienius em 1590, é identificado com a área que na tradição tomista chama-se de *Dynamilogia* (Sanseverini, 1862; Souza, 1871), ou seja, aquela parte da Filosofia que enumera as faculdades da alma e descreve suas maneiras de funcionar. Todavia, segundo os filósofos tomistas, o campo dos conhecimentos psicológicos é mais abrangente, compreendendo a já citada *Psychologia Racional*, "ciência" propriamente metafísica; por sua vez, tal domínio deve ser considerado como parte de um horizonte mais amplo, que é constituído pela Antropologia, a saber o conhecimento do homem na sua realidade complexa de corpo e alma.

Outro tipo de distinção é estabelecida pelo filósofo escolástico frei Antonio da V. M. de Itaparica, professor na Bahia, redator de um **Compêndio da Philosophia Elementar** (1852): ele diferencia entre a Psicologia como parte da Lógica, cujo objetivo seria o estudo da "arte de pensar e das demais faculdades da alma" (p. 87) e a Psicologia como parte da Metafísica, tendo por objetivo o "espírito humano em sua natureza, origem e fim".

O espiritualismo eclético é a corrente dominante no âmbito do pensamento filosófico brasileiro do século XIX, sendo introduzido no país por Francisco de Mont'Alverne (1859). Baseado no pensamento dos franceses V. Cousin (1792-1867) e Maine de Biran (1766-1824), este movimento doutrinário apresenta-se como síntese dos sistemas anteriores, superando o exclusivismo que os caracterizava. Para o espiritualismo, a *Psychologia* é o "estudo do espírito humano" (Ferreira França, 1854, p. 78), entendendo-se com tal expressão os fatos em que o *eu* é o objeto e a consciência humana é testemunha (Damiron, 1837). Seu objetivo, na expressão do médico-fi-

fenomênicas do eu, ou forças (poderes) da alma, elas são reconhecidas como causas das modificações psíquicas e determinadas a partir da observação dos fenômenos que as manifestam. A modalidade de classificação das faculdades mais difundidas entre os autores da época as distingue em três grupos: a inteligência, a sensibilidade e a vontade (ou atividade) (Damiron, 1837; Barbe, 1852). Uma distinção mais complexa é proposta pelos filósofos tomistas (Sanseverini, 1862; Souza, 1867 e 1871): segundo estes, as faculdades, manifestações do impulso primário do homem, diferenciam-se de acordo com o objeto ao qual tal impulso é dirigido. Dessa forma, divide-se as faculdades em vegetativa, sensitiva, inteletiva e locomotora. Essas, por sua vez, subdividem-se em sub-faculdades, ou faculdades secundárias. Outra classificação é proposta por Ferreira França (1954), compreendendo a *motividade* (ou faculdade motriz), a atividade involuntária, as faculdades intelectuais, a vontade e a modificabilidade. Essa, definida como "a propriedade que temos de ser modificados" (1854, p. 79), inclui também a sensibilidade - quando a modificação é devida a uma causa orgânica - e a efetividade - quando a modificação produz prazer ou dor.

lósofo baiano Eduardo Ferreira França, é o de "observar os fenômenos da alma, classificá-los, deduzir suas leis e aplicá-las." (1854, p. 78). Tais fenômenos referem-se principalmente às faculdades intelectuais e morais do homem - não mais estudadas sob o ponto de vista de sua natureza substancial, mas sob o ponto de vista da consciência e suas revelações históricas (Gonçalves Magalhães, 1876). A novidade de tal abordagem é a de que nela a Psicologia não é mais entendida como estudo metafísico do ser humano mas como conhecimento da pessoa, do homem real, nos fenômenos de sua vida intelectual, moral e social.

Nesse sentido, o espirituaista francês Ph. Damiron, autor do **Cours de Philosophie** (1837), manual usado como texto-básico para o curso de Filosofia no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito em São Paulo, ao elaborar o projeto de uma Psicologia científica destaca, na parte introdutória da obra, a *Psychologia Pura*, que se ocupa dos fatos documentados pelo *sensu intimo* (o *eu* e suas propriedades), e a *Psychologia Mixta*, que estuda as relações entre o *eu* e as realidades com as quais este se relaciona (corpo, natureza, sociedade, Deus).

Na perspectiva do espiritualismo, a Psicologia constitui-se no fundamento das disciplinas filosóficas, o que justifica o interesse e o espaço dedicados à mesma pelos compêndios inspirados nessa doutrina.

Por fim, uma definição da Psicologia é dada pelos adeptos de outra importante escola filosófica presente no contexto da cultura brasileira da segunda metade do século XIX: o *krausismo*, versão espiritualista e humanitarista do idealismo clássico alemão, elaborada por K. C. F. Krause (1751-1831). Carlos Maria Galvão Bueno, que desde 1867 ministrava aulas de Filosofia na Faculdade de Direito em São Paulo, no seu compêndio **Noções de Filosofia** (1877) fornece uma exposição sistemática, explicativa e completa do *krausismo*, sendo uma parte bastante extensa do texto dedicado à *Psychologia*. A Psicologia Filosófica do *krausismo* é subordinada à Antropologia, entendida esta como estudo do homem na sua totalidade. Subdivide-se em *Psicologia Individual* tendo por objeto a alma em si, e em *Psicologia Geral* ocupando-se das relações da alma com os outros seres e das determinações concretas do eu humano, tais como sexualidade, caráter, temperamento e aptidões.

À base dessas definições e classificações, existe a preocupação de estudar o ser humano como um todo que se traduz, no plano metodológico, na necessidade de uma abordagem interdisciplinar, conforme atestam essas afirmações: "O conhecimento do homem não se obtém pelo estudo em separado da *psychologia* e da *somatologia*: em matéria de organização, o todo não é somente a *summa* das partes, mas também o fundamento e a união." (Galvão Bueno, 1877, p. 79).

Ao concluir a exposição da pluralidade de significações atribuídas ao termo *Psychologia* pelas escolas filosóficas no seio da cultura brasileira do século XIX, pode-se formular algumas considerações críticas.

Em primeiro lugar é importante destacar, nas diversas doutrinas da Psicologia Filosófica, o recurso crescente ao uso de termos específicos para designar o conhecimento psicológico, como *Psycheologia*, *Psychesofia*, *Antropologia Racional*, *Psychologia*. Isto implica numa caracterização mais ampla da Psicologia, entendida enquanto área de saber e não apenas como setor específico de outras disciplinas.

Por outro lado, sobretudo pela utilização do método especulativo, a Psicologia caracteriza-se ainda como Filosofia, embora seu interesse seja mais voltado para o estudo dos fenômenos que para a substância. Com efeito, através da definição de Psicologia como estudo das faculdades do espírito humano, substitui-se ao estudo da natureza metafísica da alma enquanto substância, o interesse pelo aspecto dinâmico do princípio psíquico.

As definições de Psicologia no âmbito da Medicina

O interesse pelo estudo da subjetividade é evidente na produção científica dos médicos brasileiros do século XIX, estudantes e graduados pelas Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, fundadas em 1832. Tal produção consta principalmente de teses e dissertações apresentadas pelos alunos das Faculdades para a obtenção do grau de Doutor em Medicina (desde 1832 até 1870, por exemplo, constam 91 desses documentos, abordando conteúdos psicológicos, no acervo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) e de artigos apresentados em revistas brasileiras especializadas na área (por exemplo, o **Arquivo Médico Brasileiro**; os **Annaes Brasileenses de Medicina**).

Nesses textos a abordagem dos assuntos psicológicos é denotada por diferentes denominações. A mais comum é a de *Medicina Moral*. Na definição de Camargo (1845), com essa expressão entende-se a "Philosophia e Medicina, sciencia primorosamente moral, que por bom direito tem a primazia a todos os conhecimentos humanos." (p. 13). Segundo Figueiredo Jaime (1836), ela é a arte de "ler no mostrador do coração os arcanos, que o pudor, a honra, a pusillanimidade, ou o crime buscão em vão ocultar aos olhos de hum attento e versado physionomista." (p. 5). Uma expressão análoga é a de *Therapeutica Moral*, que, segundo La Cour, consiste na "direção convenientemente regulada das faculdades morais." (1863, p. 6).

Outras definições semelhantes são a de *direção do espírito* (Leal, 1848, p. 24) que realiza-se "attendendo ao moral, porque tudo continua debaixo do império da intelligência viciosamente affectada" (p. 28); a de "conhecimento de todas as suas inclinações e de todos os seus sentimentos." (Amorim Carrão, 1848, p. 6); e de "conhecimento do coração humano" (Pinheiro, 1848, p. 11). Para Leão (1842), o "conhecimento de si mesmo" compreende o estudo da inteligência e das faculdades afetivas.

Em todas estas definições é ressaltada a dimensão moral atribuída ao conhecimento da subjetividade, uma ênfase que caracteriza a Medicina Psiquiátrica do século XIX, conforme observa Foucault (1978): "O que se chama de prática psiquiátrica, é uma certa tática moral." (p. 501). Este tipo de moral não deriva da inspiração religiosa mas indica o interesse pelo comportamento humano enquanto fenômeno manipulável e controlável. De fato, no século XIX assiste-se a um processo complexo através do qual o discurso médico se apossa de algumas categorias e técnicas da tradição religiosa, invertendo, ao mesmo tempo, seus significados. A norma de inspiração divina é substituída, então, pela regra higiênica; os conceitos de culpa e de pecado são traduzidos nos de anormal e patológico. Dessa forma, a autoridade médica se substitui à religiosa, assumindo uma conotação moral que não se apoia mais numa origem transcendente mas no mito da objetividade científica.

Um sentido idêntico ao de Medicina Moral pertence a outra designação dos conhecimentos psicológicos encontrada em vários documentos (Figueiredo, 1847; Costa, 1848; La Cour, 1863; Rego, 1851): a de *Medicina Philosophica*.

Aparece, em alguns documentos, também o termo *Psychologia*. Os autores de duas teses (Chagas e Andrade, 1839; Pinto, 1841) utilizam o termo *Psychologistas* para definir os que estudam o cérebro enquanto órgão de pensamento e considerando-o "trabalhando, como si fôra numa só peça" (Pinto, 1841, p. 20). Leão (1842) chama de *Psychologistas* os filósofos que se ocupam das faculdades do homem, tais como Laromiguière e Destutt de Tracy. Moreira (1867), em sua tese sobre o suicídio, afirma a necessidade do "estudo psychologico desse problema, tarefa dos psychologos e médicos alienistas." (p. 9). Enfim, Moraes e Valle (1846) usam o termo *Psychologia* ao discorrer sobre a necessidade de o médico-filósofo conhecer as faculdades da alma e as suas determinações orgânicas e ambientais (p. 1).

A análise dos documentos citados evidencia, de um lado, o fato de que a Medicina da época reivindica para si o campo dos conhecimentos psicológicos como área específica do próprio domínio de saber; de outro lado, afirma-se a consciência da peculiaridade e da relevância desta área e, portanto, a necessidade de uma formação médica capaz de abrangê-la.

As definições da Psicologia no âmbito da Pedagogia

A preocupação com a divulgação e o ensino dos conhecimentos psicológicos aparece, antes de mais nada, na obra dos políticos do século XIX, ao planejar o sistema educacional brasileiro. Com efeito, as gravíssimas carências de tal sistema apontavam para a urgência de um aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos na formação do corpo docente. Nessa perspectiva, parecia necessário fundamentar tal método em bases científicas, como Descartes, Locke, Herbart e outros filósofos tinham enfatizado. A Psicologia, ciência em fase de consolidação, oferecia-se como substrato científico para tal empreendimento.

Já na *Mémoria* (1816) de Martim Francisco de Andrade Machado, apresentada em 1823 à Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa com o objetivo de propor um plano completo de instrução pública para a *Capitânia de São Paulo*, afirma-se a necessidade dos conhecimentos psicológicos, denotados com a expressão "análise critica das faculdades intelectuais e morais do homem" (Moacyr, 1936, p. 135).

Em 1826 o Ministro Januário da Cunha Barbosa, ao projetar a reorganização do ensino público e ao elaborar o programa do curso ginasial, inclui a "ideologia, ou análise completa das faculdades e operações do entendimento" (Moacyr, p. 153). A Ideologia se diferencia da Lógica, definida como "arte de pensar e raciocinar."

O Projeto para o Liceu Nacional do Rio de Janeiro, apresentado em 1847 por F. de S. Torres Homem, Dias de Carvalho e J. Gonçalves Magalhães, menciona explicitamente a *Psychologia* como disciplina a ser ensinada no quinto e no sexto ano de curso.

Por volta da segunda metade do século XIX difunde-se a idéia de que o método de ensino nos Colégios de Instrução Secundária deve ser fundamentado na Psicologia infantil. Esta é definida como "acurado estudo das faculdades mentais e seu progressivo desenvolvimento." (Russell, 1849).

Segundo informação de B. N. Garcez (1969), em 1873 é instituída uma disciplina chamada *Psicologia Aplicada ao Desenvolvimento da Criança* no âmbito do Curso Superior Normal anexo à Escola Americana, fundada em São Paulo em 1870 pelos Presbiterianos. Todavia, não foi possível averiguar a exatidão de tal informação, sendo proibido o acesso aos Arquivos da Escola.

O uso do termo *psicológico* para indicar um tipo de conhecimento auxiliar da Pedagogia, comparece nas provas dos alunos da Escola Normal de São Paulo, em 1875-76: à Psicologia é atribuída a função de fornecer as leis objetivas e gerais do desenvolvimento humano, através das quais é possível deduzir as normas e os princípios pedagógicos.

Uma definição sintética e abrangente da Psicologia, no contexto dos conhecimentos pedagógicos, é fornecida por Compayré (1856), autor de manuais que constituíram textos básicos para a formação dos educadores brasileiros da segunda metade do século XIX: "La Psychologie est une science... Nous n'avons pas à nous préoccuper ici... de celle qui dernière et par delà les phénomènes recherche les causes et les origines de la pensée.. Ces sont là problèmes obscurs, questions transcendantes, qui relèvent de ce qu'on peut appeler la psychologie métaphysique. La Psychologie à laquelle les pédagogues doivent faire appel est simplement une psychologie d'expérience, une psychologie positive, que se contente de l'observation des faits. Ainsi la psychologie positive affirme et prouve que les états de conscience, sensations et sentiments, idées et volitions, correspondent a des mouvements du cerveau... Quelle que soit la nature de la cause, il n'a à étudier que les effects." (Compayré, 1856, pp. 51-52).

Desse modo, a Psicologia científica parece oferecer à Pedagogia o método objetivo para o conhecimento do homem e de seu processo evolutivo, substituindo-se o método empírico ou filosófico da tradição anterior.

As definições de Psicologia no âmbito da Teologia

Na Teologia Moral elaborada e difundida no Brasil no século XIX transparece a preocupação em definir e explicitar as diferenças entre o domínio teológico e o domínio psicológico. Tal preocupação se torna compreensível pelas tendências a uma errônea identificação dos dois universos, evidente na cultura do período considerado. Com efeito, de um lado verifica-se um fenômeno de apropriação pela ciência e pela cultura moderna (especialmente a Medicina) de categorias originárias do âmbito teológico-moral (por exemplo, a norma de natureza ético-religiosa é transformada na regra higiênica). De outro lado, a experiência religiosa do século XIX é fortemente marcada pelo psicologismo, pela acentuação dos aspectos sentimentais e morais da vida individual, em alguns casos assumindo as feições de um verdadeiro subjetivismo.

De conseqüência, os moralistas católicos procuram estabelecer as distinções entre as duas abordagens. Por exemplo, no *Tractado dos Pecados e dos Actos Hu-*

manos (1851), encontrado no Seminário de Sanf Ana em São Paulo, a Moral é definida como a disciplina que visa "regular as acções dos homens, segundo as máximas da equidade natural, as leis da Religião, e as do Estado." (p. 3), não limitando-se apenas à consideração dos aspectos específicos, mas remontando aos princípios últimos das acções humanas. O seu objetivo é o de indicar as regras para a formação integral da pessoa, em todas as suas dimensões de "homem racional, verdadeiro cristão, bom cidadão." O objetivo de estudo é constituído por fins, causas, qualidades e circunstâncias do comportamento do homem enquanto agente livre e racional. Portanto, as condições da Moral são a inteligência (ou entendimento) e a liberdade e é postulada a existência de uma relação entre as acções humanas e as leis naturais e divinas que as regulam. O domínio do *psicológico*, por sua vez, é composto do "exercício ou uso actual das nossas faculdades espirituais ou corporais, considerado em si mesmo e sem alguma outra relação, como o acto de pensar, de querer, o movimento de partes do corpo necessário para as acções exteriores, tal como o dos órgãos da falia." (p. 4). Tais atos são característicos do homem, supondo uma "alma inteligente", mas nelles "a alma concorre para a sua produção, mas só como causa physica e natural e não como causa moral, livre e racional." (p. 3).

Uma vez estabelecida esta distinção de enfoques, torna-se possível a utilização complementar das duas disciplinas para o estudo de assuntos tais como *as enfermidades da alma*, a alma, as paixões, a liberdade e a vontade, a consciência e a responsabilidade.

A separação do domínio do "psicológico" do domínio do "moral" representa um grande avanço no processo de definição da Psicologia no *status* de disciplina autónoma. De fato, até então, não apenas na Teologia mas também na Filosofia, na Medicina e na Pedagogia, o adjetivo *moral* era utilizado como sinónimo de *psicológico*.

CONCLUSÕES

A variedade terminológica e conceitual que caracteriza os conhecimentos psicológicos no âmbito da cultura brasileira do século XIX se, de um lado, é expressão de sua dispersão em uma pluralidade de domínios, de outro manifesta a urgência e o esforço de elaborar uma terminologia que seja adequada para definir uma área tão interessante e promissora, do ponto de vista heurístico, como o estudo da subjetividade.

A tentativa de identificar e definir o universo do *psicológico* com o maior rigor e clareza possíveis pelos recursos conceituais da época e do contexto brasileiro em particular, constitui-se numa premissa muito importante à consolidação da Psicologia enquanto disciplina reconhecida a todos os direitos como parte do saber institucional.

Ao tentar definir o próprio objeto específico e a peculiaridade de sua função social e visando tornar-se científica quanto ao método, a *Psicologia* brasileira do século XIX precisa formular e utilizar termos novos adequados a tais objetivos, para denominar a bagagem de conhecimentos acumulados pelo aporte de diferentes tradições culturais. Estes termos novos em muitas ocasiões são formulados no objetivo de reivindicar o pertencer dos conhecimentos psicológicos a determinados domínios tais

como a Filosofia ou a Medicina; por outro lado, o emergir cada vez mais freqüente da expressão *Psychologia* no âmbito de diversos contextos representa um indicador de que a área de saber designada com este nome está assumindo sua identidade específica e reconhecida pelo saber acadêmico da época.

REFERÊNCIAS

- Autor desconhecido (1851). *Tractado dos Pecados e dos Actos Humanos*. Revista Cristã, Lisboa, Xavier de Souza (2 volumes).
- Barbe, P. Emile (1852). *Cours élémentaire de phibsophie a l'usage des établissemments d'education* (2- edição). Paris, Lecoffre, 750 p.
- Brotero, José Maria de Avelar (1829). *Princípios de Direito Natural* (1ª edição). Rio de Janeiro: Typografia Imperial, 455 p.
- Bueno, Carlos Maria Galvão (1877). *Noções de philosophia accomodadas ao systema de Krause e extrahidas das obras philosophicas de G. Tinberghien e Ahrens* (1ª edição). São Paulo: Typ. Seckler, 776 p.
- Camargo, Ernesto Frederico Pires de Figueiredo (1845). *Considerações médico-philosophicas sobre a influência do estado moral na produção, marcha e tratamento das moléstias e como contraindicação às operações cirúrgicas*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Diario, 47 p.
- Carrão, José Mariano de Amorim (1848). *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Arquivo Médico Brasileiro, 22 p.
- Centelhas, frei Firmino de (1864). *Compendio de philosophia catholico-racional* (1ª edição). São Paulo: Typ. Schroeder, 222 p.
- Chagas e Andrade, João (1839). *Dissertação sobre a puberdade da mulher*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Assistência dos Despertados, 32 p.
- Compayré, George (1856). *L'evolution intellectuelle et morale de l'enfant*. Paris: Delaplane, 467 p.
- Costa, José Luís (1848). *Considerações sobre o amor*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Brasileira, 32 p.
- Damiron, Philippe (1837). *Cours de phibsophie* (Première parte: Psychologie: Tome 1º e 2º; 2ª edição). Paris: Hachette, 342 p. e 349 p.
- Diderot, M., et D'Allembert M. (1779). *Encyclopédie ou dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers, por une societé de gens de lettres* (3ª edição, 26 vols.). Newfchatel: Geneve.
- Escola Normal de São Paulo (1875-1876). *Provas de Pedagogia*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paub, Secção Manuscritos, Escola Normal, Lata 1TI, nº 5129.
- Estatutos para os estudos da Província N. S. da Conceição do Rio de Janeiro, ordenados segundo as disposições dos Estatutos da Nova Universidade (1876). Lisboa: Régia Officina Typográfica, 36 p.
- Feijó, Diogo Antonio (1967). *Cadernos de filosofia*. Itú, 1818 (1ª edição). São Paulo: Grijalbo, 172 p.

- Ferreira, Silvestre Pinheiro (1970). *Prelecções filosóficas* (2ª edição). São Paulo: EDUSP-Grijalbo, 389 p. (1ª edição: 1813, Rio de Janeiro, Regia Officina Typográfica).
- Figueiredo, Agostino José da Costa (1847). *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Teixeira, 20 p.
- Foucault, Michel (1978). *História da loucura na idade clássica* (1- edição brasileira). São Paulo: Perspectiva, 551 p. (Coleção Estudos).
- França, Eduardo Ferreira (1973). *Investigações de psicologia* (2- edição). São Paulo: EDUSP Grijalbo, 578 p. (1ª edição: 1854).
- Garcez, Benedicto Novaes (1969). *Mackenzie* (1ª edição). São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 210 p.
- Genovesi, Antonio (1835). *As instituições de metafysica* (3- edição, tradução da língua portuguesa de M. Cardoso). Lisboa: Typ. Augusto, 416 p. (1ª edição: 1743).
- Genovesi, Antonio (1850). *Lições de lógica, feitas para uso dos principiantes* (tradução na língua portuguesa de José de Souza Farinha). Lisboa: Typ. Morando, 142 p. (Medição: 1773).
- Itaparica, frei Antonio da V. M. (1852). *Compendio de philosophia elementar* (1ª edição). Bahia: Typ. Epiphanio Pedrozo, 132 p.
- Jaime, Manoel Ignacio de Figueiredo (1836). *Considerações sobre as paixões e affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor de pátria*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Commercial Fluminense, 24 p.
- La Cour, João Pedro (1863). *Ensaio sobre a therapeutica moral*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Laemmert, 17 p.
- Leal, Fernando Antonio (1848). *Dissertação sobre a hypocondria*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Laemmert, 28 p.
- Leão, Geraldo Franco (1842). *Dissertação sobre as analogias entre o homem são e o alienado, e em particular sobre a monomania*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Laemmert, 17 p.
- Magalhães, José Domingos Gonçalves (1858). *Fatos do espírito humano. Philosophia* (1ª edição). Roma: Fontaine, 400 p.
- Magalhães, José Domingos Gonçalves (1876). *A alma e o cérebro: estudo de psychologia e physiologia* (1ª edição). Rio de Janeiro: Gamier, 414 p.
- Moacyr, Primitivo (1936). *A instrução e o império (Subsídios para a História da Educação no Brasil, 1823-1853; 1ª edição)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 614 p.
- MonfAlverne, frei Francisco de (1859). *Compendio de philosophia* (1ª edição). Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 311 p.
- Moraes e Valle, Manoel Maria de (1846). *Algumas considerações sobre a mendicidade no Rio de Janeiro*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Ostensor Brasileiro, 36 p.
- Moreira, Nicolau Joaquim (1867). *Considerações gerais sobre o suicídio*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typografia do Diaro, 15 p.

- Pinheiro, Antonio Martins (1848). *Dissertação sobre a histheria*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional, 13 p.
- Pinto, Antonio Pereira D'Araujo (1841). *Algumas proposições de phrenologia, precedidas de considerações muito geraes sobre a materia*. Tese. Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Cabral, 36 p.
- Reale, Miguel (1976). *Filosofia em São Paulo* (2ª edição). São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 176 p.
- Rego, José Pereira (1851). Da hypocondria na primeira infância. *Annaes Brasilienses de Medicina* (Rio de Janeiro: Typ. Pala Brito Imparcial), 6(1), 2-10.
- Russell, Joaquim (1849). *Lyceu Paulistano: Programa* (1ª edição). São Paulo: Typ. do Governo, 4 p.
- Sanseverini, Caetano (1862). *Elementa philosophiae christianae cum antiqua et nova comparatae* (1ª edição). Nápoli: Manfredi, 3 volumes.
- Santa Geltrudes, frei Policarpo de; Queiroz, João de Sequeira; Pereira, José Joaquim & Couto, Antonio Maximo (1930). *Theses philosophicas sobre a psychologia do homem, as cuaes se propõem defender em publico no Imperial Seminário de São Joaquim* (1ª edição). Rio de Janeiro: Typ. da Astrea, 11 p.
- Souza, José Soriano de (1867). *Compendio de philosophia ordenado segundo os princípios e o methodo do Doutor Angélico S. Thomaz d'Aquino* (1ª edição). Recife: Typ. da Esperança, 679 p.
- Souza, José Soriano de (1871). *Lições de philosophia elementar racional e moral* (1ª edição). Pernambuco: Liv. Acadêmica, 566 p.
- Vailati, Giovanni (1898). *Alcune considerazioni sulle questioni di parole nella storia della scienza e della cultura* (Prolusione al conso libero di storia della meccanica). Torino: Bocca.

Artigo recebido em 28/7/89.

